



## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE – ES

Autarquia Municipal criada pela Lei nº. 1.972 de 29 de abril de 1992  
Reestruturada pela Lei nº. 2.812 de 12 de fevereiro de 2007

e oito reais). Verificamos que todos os recursos recebidos dos órgãos municipais pertencentes ao RPPS estão sendo aplicados pelo IPASMA, em fundo de renda fixa, conforme determina a legislação específica e Política de Investimentos. Observamos, então, que o saldo financeiro teve um acréscimo de aproximadamente 34,52% (trinta e quatro virgula cinquenta e dois por cento) em relação ao exercício 2022. Detectamos que todas as parcelas vencidas no exercício de 2023 dos parcelamentos dos débitos previdenciários, foram recolhidos acrescidos de atualização e juros. Cabe ainda esclarecer que, o Comitê de Investimento, em consulta de aplicações financeiras, sempre mantém a exigência de aplicação com o mínimo de risco possível, opinando sempre por aquelas atreladas a Títulos do Governo Federal, objetivando que o Instituto não venha a perder seu ativo ou parte dele. **3 - Análise Patrimonial:** Em 2023, não foram adquiridos bens imóveis, permanecendo o já existente no valor de R\$ 167.375,00 (cento e sessenta e sete mil, trezentos e setenta e cinco reais), adquirimos R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais) de bens móveis, perfazendo um total geral de R\$ 64.068,00 (sessenta e quatro mil, sessenta e oito reais) em bens móveis, demonstrado no INVMOV. No almoxarifado do Instituto, não ficou nada em estoque, pois adotamos a política de comprar somente o necessário para consumo imediato. Verificamos que permanece no Balanço Patrimonial (Anexo XIV) os seguintes recebíveis: **Insuficiência Financeira Apurada em 2022 .....R\$ 7.142.403,14.**

Apuração com fundamento no *caput* do art. 40 da CF, art. 1º, § 1º, § único do art. 8º e art. 69 da Lei de Responsabilidades Fiscal, art. 1º da Lei Federal nº 9.717/1998, artigos 17, 18 e 19 da Portaria MPS nº 403/2008 e art. 3º da Lei Complementar nº 34/2010, e no art. 20, inciso VII e art. 22 da Lei Municipal nº 2.813/2007. **Insuficiência Financeira Apurada em 2023 .....R\$ 1.064.936,35**  
Apuração com fundamento no *caput* do art. 40 da CF, art. 1º, § 1º, § único do art. 8º e art. 69 da Lei de Responsabilidades Fiscal, art. 1º da Lei Federal nº 9.717/1998, artigos 17, 18 e 19 da Portaria MPS nº 403/2008 e art. 3º da Lei Complementar nº 34/2010, e no art. 20, inciso VII e art. 22 da Lei Municipal nº 2.813/2007. **Processo Justiça em Andamento .....R\$ 2.880.326,28**

De acordo com informações da Diretora Presidente, esse montante foi registrado no Balanço Anual do exercício de 2002, após orientação dada pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE/ES), o qual, em auditoria das contas do IPASMA, apurou o montante devido na época pela municipalidade, referente às contribuições previdenciárias. A Diretoria Presidente informou também que o IPASMA não tem documentação comprobatória desse montante, e que ele está arrolado num processo judicial, e enquanto não tiver uma decisão, permanecerá registrado no Balanço, tal como consta até então. Total apurado de receitas a receber o valor de R\$ 11.087.666,27 (onze milhões, oitenta e sete mil, seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e sete centavos) como Dívida Ativa Não Tributária.

**4 - Análise Previdenciária.** De acordo com as exigências da Secretaria de Previdência, foram verificados os seguintes aspectos: - equilíbrio financeiro e atuarial; - prestações de contas bimestrais e anuais; - CRP - Certificado de Regularidade Previdenciária; - Gastos com despesas administrativas em

Página 3





## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE – ES

Autarquia Municipal criada pela Lei nº. 1.972 de 29 de abril de 1992  
Reestruturada pela Lei nº. 2.812 de 12 de fevereiro de 2007

percentual aproximado a 1,80% (um vírgula oitenta por cento) R\$ 415.418,06 (quatrocentos e quinze mil, quatrocentos e dezoito reais e seis centavos), portanto, inferior 3% (três por cento) do valor total de remuneração de ativos, sendo R\$ 693.111,95 (seiscentos noventa e três mil, cento e onze reais, noventa e cinco centavos) vinculados ao RPPS, no exercício de 2022, conforme disposto no art. 1º, da Lei Complementar nº 001 de 22 de dezembro de 2021. Pelas informações disponibilizadas no Sistema CADPREV da Secretaria da Previdência, verificamos que, nos aspectos citados anteriormente, o IPASMA encontra-se regular em 31/12/2023 - estando o Instituto de posse do CRP – Certificado Regularidade Previdenciária. Observamos também que, quanto às contribuições previdenciárias dos servidores, todos os órgãos municipais e autarquia municipal, optantes pelo Regime Próprio de Previdência, estiveram em dia com os repasses das contribuições previdenciárias, até a competência de dezembro/2023. Também foi observado que, quanto aos parcelamentos celebrados entre IPASMA e município de Alegre, a Prefeitura Municipal de Alegre vem cumprindo os termos de parcelamentos da dívida de contribuições patronais e alíquota suplementar, efetuando os pagamentos mensalmente e atualizados, os quais estão registrados e controlados pelo IPASMA, constando no Balanço Anual. Por fim, quanto aos benefícios prestados pelo IPASMA, constatamos que em dezembro de 2023 o Instituto tinha em sua folha de pagamento o total de 430 (quatrocentos e trinta) aposentados e 125 (cento e vinte e cinco) pensionistas, enquanto que em dezembro de 2022, pudemos destacar 417 (quatrocentos e dezessete) aposentados e 119 (cento e dezenove) enquanto que em dezembro de 2021, pudemos destacar 409 (quatrocentos e nove) aposentados e 116 (cento e dezesseis). **PARECER CONCLUSIVO:** Após as análises das informações apresentadas, **segue aprovado por estes membros do Conselho Fiscal a Prestação de Contas Anual do exercício de 2023 (dois mil e vinte e três)**, isto em atendimento ao inciso XV do artigo 13 da Lei Complementar nº 004/2022, o Conselho Fiscal analisou o Balanço Anual de 2023 e o inventário a ele referente, de acordo com sua capacidade e com as informações contidas nas peças contábeis. O cálculo atuarial foi elaborado com data - base - Dezembro/2022 - Cálculo Atuarial de 2023, porém, o executivo municipal não encaminhou a Câmara Legislativa Municipal, o projeto de lei para aprovação. Sendo assim, permanece vigente a Lei Municipal nº 3.540/2019 - data - base Dezembro/2018, para o equacionamento do déficit atuarial. Ressaltamos que, o DRAA - Demonstrativo do Resultado Atuarial, foi postado e registrado no endereço eletrônico do CADPREV, Secretaria da Previdência - Ministério da Economia. Finalmente, em se tratando de tomada de contas de que fala o referido artigo, vimos relatar que, durante o exercício de 2023, fizemos mensalmente a verificação das Movimentações Financeiras, os Balancetes Mensais das Receitas Orçamentárias e Extras - Orçamentárias, os Balancetes Mensais das Despesas Orçamentárias e Extras - Orçamentárias bem como da situação financeira através das conciliações das Contas Bancárias e extratos bancários do Banco do Brasil S/A, Banco do Estado do Espírito Santo S/A e Caixa Econômica Federal, tudo isto registrado em ATAs ao longo de todo o ano.

Página 4



## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE – ES

Autarquia Municipal criada pela Lei nº. 1.972 de 29 de abril de 1992  
Reestruturada pela Lei nº. 2.812 de 12 de fevereiro de 2007

Nestas análises, as dúvidas que surgiam sobre as demonstrações dos valores nos balancetes e outros, foram esclarecidas nas próprias reuniões com a Diretoria e o setor contábil do IPASMA. Desta forma, quanto às informações apresentadas não encontramos pendências nenhuma nas informações prestadas. Nada mais havendo a se tratar demos por encerrada a presente reunião e para constar, eu Rafael Pires de Azevedo - Secretário desde Conselho Fiscal lavrei a presente ata, que após lida e aprovada vai assinada por todos os presentes na referida reunião, Alegre - ES, 22 de Março de 2024.

**Almir Ribeiro**

Presidente do Conselho Fiscal

**Alexandre de Souza Mello**

Vice-Presidente do Conselho Fiscal

**Rafael Pires de Azevedo**

Secretário do Conselho Fiscal

**Jean Fabrinio da Silva**

Membro do Conselho Fiscal